

ARTIGO

GILBERTO CHROCKATT DE SÁ NA DIREÇÃO DA ESCOLA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO (1938-1941):

O INTELLECTUAL E SUAS REDES DE SOCIABILIDADE NO DEBATE DE UM PROJETO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

BRUNO ALMEIDA REGIS DOS SANTOS

Mestre em Educação - Doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2752-0005>

CLAUDIA ALVES

Doutora em História Social – Professora Titular de História da Educação na Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7172-5568>

RESUMO: O presente artigo busca apresentar um panorama da educação profissional no Brasil, durante a Era Vargas. A partir do conceito de intelectual desenvolvido por Jean-François Sirinelli (2003), analisamos o período em que Gilberto Chrockatt de Sá esteve à frente da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (1938-1941). Nesse contexto, analisamos como as experiências vivenciadas naquela instituição obtiveram repercussão nacional em articulações políticas no momento histórico vivenciado pelo intelectual. Destaca-se sua participação na discussão de um novo regulamento para a educação profissional em uma perspectiva nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo. História da Educação. Educação Profissional. Intelectuais.

THE ESCOLA DO TRABALHO IN RIO DE JANEIRO UNDER THE ADMINISTRATION OF GILBERTO CHROCKATT DE SÁ (1938-1941)

THE INTELLECTUAL AND HIS SOCIABILITY NETWORKS IN THE DEBATE OVER A NATIONAL PROJECT FOR VOCATIONAL EDUCATION

ABSTRACT: This article has the objective of presenting an overview of vocational education in Brazil during the Vargas Era. Based on the concept of intellectual, developed by Jean-François Sirinelli (2003), we have analyzed the period when Gilberto Chrockatt de Sá led the Escola do Trabalho in Rio de Janeiro (1938-1941). Hereupon, we have examined how the experiences within that institution had national repercussions in political articulations during the historical moment experienced by that same intellectual. In this sense, we laid emphasis on his participation in the debate over a new regulatory framework for vocational education from a national perspective.

KEYWORDS: Estado Novo, History of Education, Vocational Education, Intellectuals.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2026v86p338-366>

Recebido em: 28/03/2026

Aprovado em: 12/06/2026



Introdução

A Escola do Trabalho do Rio de Janeiro (atual Escola Técnica Estadual Henrique Lage, vinculada à Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC) é uma instituição localizada no bairro proletário do Barreto, na cidade de Niterói. Fundada em 22 de dezembro de 1923, com o nome de Escola Profissional Washington Luís, tendo como idealizadores Amerino Wanick e Everardo Backeuser, foi vinculada à Escola Técnica Fluminense. Em janeiro de 1931, o Decreto nº 2.541 anexou as escolas profissionais Washington Luís e Visconde de Moraes, unificando-as sob a denominação Escola do Trabalho do Rio de Janeiro. Posteriormente, Segundo Fonseca (1962, p. 193), com a Deliberação nº 61, de 20 de agosto de 1941, a instituição teve seu nome alterado para Escola Profissional Henrique Lage e, a partir do Decreto Federal nº 11.299, de 13 de janeiro de 1943, foi equiparada a uma instituição de ensino industrial e passou a se chamar Escola Industrial Henrique Lage.

Neste artigo, analisaremos a administração de Gilberto Chrockatt de Sá à frente da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, cujo período compreende os anos de 1938 a 1941, sendo marcada por uma série de acontecimentos, tanto no campo da educação profissional, como na política nacional. Além disso, esse período marca uma mudança significativa nos rumos da Escola do Trabalho, pois, durante sua administração, ocorre a conclusão das articulações e concretiza-se a instalação da escola no bairro do Barreto, à Rua Guimarães Junior, local onde permanece até hoje.

Na primeira parte, recorreremos ao conceito de intelectual para a análise de Gilberto Sá, a partir das suas ideias, redes de sociabilidades e os debates que estavam em evidência, bem como a geração a qual pertencia e como esses fatores evidenciam-se na construção do seu pensamento.

Na segunda parte, analisamos o período de Gilberto Sá na direção da Escola do Trabalho, meses após o advento do Estado Novo, implantando suas concepções sobre educação profissional, além das suas ações e perspectivas de futuro para a escola, tanto no campo pedagógico, como no administrativo, dialogando diretamente com suas experiências nas comissões que discutiram a educação profissional em âmbito estadual e nacional.

Gilberto Chrockatt de Sá: Um intelectual do seu tempo

Segundo Jean-François Sirinelli (2003, p. 231), o debate acerca dos intelectuais e suas diversas possibilidades desperta a atenção de pesquisadores para um novo campo de observação há aproximadamente 50 anos. Segundo esse autor, a data de junho de 1957 tornou-se um marco para o aprofundamento das investigações em torno desse campo de estudos, com o evento organizado pela Associação Francesa de Ciência Política, com a proposta de uma mesa cujo tema para debate era “os intelectuais na sociedade francesa contemporânea”.

A legitimação da história dos intelectuais enquanto campo científico, sob a ótica de Sirinelli (*Ibid.*, p. 237), acentua-se em meados da década de 1970, despertando a atenção de historiadores e desconstruindo a ideia de que o estudo dos intelectuais se colocava como um campo obsoleto e estatisticamente rarefeito no campo dos estudos históricos. A noção de uma história cíclica, porém com imperfeições, também está presente na história dos intelectuais, legitimando um campo de pesquisa da média duração.

Em um contexto nacional, Xavier (2016, p. 464) apresenta a hipótese de que as discussões sobre a história social e política dos intelectuais foi potencializada a partir do advento de pesquisas que possibilitaram um processo de renovação nos estudos sobre a história da educação brasileira, a partir dos anos 1990, em particular no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Segundo Xavier (*Ibid.*, p. 464), nesse período, as pesquisas no Rio de Janeiro tinham como tema a contribuição de educadores filiados ao Movimento da Escola Nova, o que, de certa forma, dialoga com a decisão de pesquisar uma instituição educacional centenária. Em São Paulo, o foco estava nos debates desenvolvidos no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), nas décadas de 1920 e 1930, que exerceu influência no movimento escolanovista e também está presente na trajetória da Escola do Trabalho.

Além disso, ela compreende que havia necessidade de se buscar um conceito que abarcasse os educadores de um modo geral e que contemplasse suas ações e textos, tanto em caráter institucional quanto no aspecto político, buscando-se atender aos anseios de um projeto de reconstrução nacional.

Sirinelli (2003, p. 235) compreende que o pequeno alcance dos estudos dos intelectuais ao longo do tempo se deve muito mais pelo foco da produção historiográfica estar voltada para outros campos de pesquisa, do que algum descrédito que esse campo de estudo viesse a sofrer:

[...] a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas “massas”, às quais os intelectuais não podiam pretender pertencer devido a seu número reduzido, mas também pelo fato de pertencerem às “elites”, por muito tempo confinadas, em reação contra a história “positivista”, ao purgatório dos subobjetos da história (*Idem*, p. 235).

Esse importante historiador considera que, do final dos anos 1950 para cá, as pesquisas com foco nos intelectuais tenham ganhado vida, à medida que contribuíram para o entendimento de novas perspectivas, oxigenando a historiografia e se apresentando como um campo de pesquisa que caminha com autonomia, mas ao mesmo tempo se entrelaçando com a história política, social e cultural.

Dialogando com a trajetória de Chrockatt de Sá, no que tange à sua atuação enquanto sujeito social e, em particular, como diretor da Escola do Trabalho, utilizamos a indagação feita por Sirinelli, a qual consideramos pertinente no sentido de ser feita a partir da atuação de Gilberto Sá:

O intelectual ator do político inscrevia obrigatoriamente sua ação no tempo curto do debate cívico. Ora, só a longa ou a média duração permitiriam as abordagens férteis e as aberturas conceituais. Tanto mais que, para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema de seu papel e de seu “poder”, problema que, de uma forma prosaica, pode ser assim resumido: **teriam esses intelectuais, em determinada data, influído no acontecimento?** (*Idem*. grifo nosso).

Dentro do seu tempo e de um contexto da sociedade fluminense na década de 1930, diante do período em que ele esteve à frente da Escola do Trabalho, consideramos que sim. Essa assertiva se sustenta nas diversas ações promovidas por esse agente político no cotidiano da Escola do Trabalho e, para além dela, nos rumos da educação profissional do país, após a década de 1930.

Xavier (2016, p. 464) alerta para a cautela em naturalizar o conceito de intelectual, sobretudo quando esse é empregado a partir de uma perspectiva

universalista, deslocado das características e nuances que “permeiam as posições, as funções e as contribuições particulares dos indivíduos que, por terem publicado estudos sobre a educação, são, automaticamente, classificados como intelectuais” (*Idem*). Mesmo levando em conta esse cuidado, tomamos o conceito para tratar o sujeito em estudo.

Sirinelli (2003, p. 236) chama atenção para a necessidade de separar a história dos intelectuais e a história das ideias políticas, bem como a história da cultura política. Para esse autor, o equívoco está em relativizar a ação de deixar de “lado o estudo dos intelectuais, em benefício do estudo de uma ‘cultura política’, vasto e rico campo de investigação, mas que recorta apenas parcialmente o da história dos intelectuais” (*Ibid.*, p. 237).

A noção de intelectual nos remete a uma característica polissêmica, que pressupõe uma ampla definição e que, no contexto da sociedade francesa, sofreu diversas definições ao longo da história. Desse modo, o autor afirma:

É preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções de intelectual, uma ampla e outra sociocultural” (*Ibid.*, p. 242).

É importante destacar que essa característica abarca os criadores e os “mediadores culturais”, categoria de intelectual que abrange, segundo Sirinelli (*Idem*), “o jornalista, o escritor, o professor secundário como erudito”. Nesse primeiro conjunto, podemos colocar, também, alguns estudantes, criadores ou mediadores em potencial, além de outras categorias de receptores da cultura. Sirinelli afirma que “todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta” (*Idem*).

Sobre os “mediadores culturais”, categoria com a qual melhor se enquadra Gilberto Sá, Xavier (2016, p. 471), analisando Sirinelli, a define como “dinâmica e multiforme”. Entre as características fundamentais dos “mediadores culturais” elencadas por essa autora a partir das ideias de Sirinelli, destacam-se a produção de artigos e publicação de livros, ressaltando o alcance dessa produção textual frente ao público.

Ainda sobre os “mediadores culturais”, Gomes et al (2016, p. 9) apresentam uma análise que vai ao encontro de Sirinelli (2003) e Xavier (2016), tendo em vista também entenderem esse caráter diverso dos mediadores,

além de compreenderem que os “mediadores culturais” podem ser identificados nos “leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações” (*Idem*).

Ao ligar o conceito de “mediador cultural” a Gilberto Sá, compreendemos que, de acordo com o seu caráter “dinâmico e multiforme”, o que mais se enquadra quando analisamos sua trajetória, consiste na “utilização de indicadores qualitativos suscitados pela análise das ressonâncias de suas ações e obras e do poder de influência de suas ideias, bem como de seu reconhecimento público” (Xavier, 2016, p. 471).

O estudo de Libânia Xavier sobre a contribuição de J. R. Moreira, tanto em postos burocráticos, quanto em instituições de ensino, exemplifica o caráter amplo do conceito de “mediador cultural”, sendo possível lhe atribuir a posição de intelectual, além de nos permitir identificar semelhanças com as características de Gilberto Sá, em seus diversos campos de atuação. Sobre algumas características de J. R. Moreira, a partir das quais podemos fazer analogia com Gilberto Sá, Xavier destaca

[...] a posição de J. R. Moreira na rede nacional restringia a sua contribuição em função das posições que ele ocupou em postos burocráticos, replicando e difundindo os princípios caros ao grupo, a referida tese lhe atribuiu o *status* de intelectual, tendo em vista as funções que ele desempenhou nas instituições de ensino e cultura da região; na articulação de projeto e vínculos com redes políticas e intelectuais e em movimentos culturais de repercussão regional e nacional (*Ibid.*, p. 473).

Identificamos, nas características levantadas por Xavier em relação a J. R. Moreira, alguns aspectos que se entrelaçam com Gilberto Chrockatt de Sá, sobretudo suas articulações acerca dos rumos da educação profissional a partir das participações, por exemplo, nas comissões para discutir a regulamentação desta modalidade de ensino em âmbito estadual e nacional. Além disso, Xavier (2016, p. 472) compreende que caracterizar um sujeito como intelectual demanda problematizar as funções e ações que determinados educadores exerceram ao longo de suas trajetórias profissionais.

A discussão acerca dessa trajetória, para Xavier (*Idem*), está diretamente ligada à observação dos espaços institucionais, sociais, culturais e políticos ocupados por esses sujeitos, além da contribuição desses para o segmento com o qual dialogavam. Essa autora apresenta uma assertiva que induz a uma provocação acerca do intelectual que é o nosso foco, que consiste na seguinte análise:

[...] o qualificativo mediador cultural parece ser mais apropriado do que o conceito clássico de intelectual (que estabelece uma relação direta com detentores do poder político) ou mesmo burocrata (que restringe o alcance de sua contribuição) (*Ibid.*, p. 473).

Observamos em Gilberto Sá a possibilidade de enquadramento no conceito de mediador cultural, mas, ao mesmo tempo, as relações estabelecidas por ele tinham conexão direta com quem detinha o poder político no Estado Novo, tanto no âmbito estadual, a partir do Interventor Ernani do Amaral Peixoto, quanto ao nível nacional, com sua relação próxima a Valdemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e a Getúlio Vargas.

Diante do que apresentamos anteriormente e, sobretudo, a partir da definição de Sirinelli (2003), corroborada por Xavier (2016), consideramos pertinente a abordagem em torno de Gilberto Sá como um “mediador cultural”, o qual ocupou papel de relevância para o cenário da educação profissional fluminense, durante o período denominado Estado Novo. O outro aspecto consiste exatamente nos índices de sujeitos alfabetizados e os que tinham formação superior, categoria na qual se enquadrava Gilberto Sá.

Segundo Sirinelli (2003, p. 241), os grupos de intelectuais estão inseridos em grupos de afinidades ideológicas e culturais, consolidando estruturas de sociabilidade que não podem ser ignoradas pelos historiadores. Gilberto Chrockatt de Sá estava envolvido nessas “afinidades ideológicas” e em “estruturas de sociabilidades”, as quais são evidenciadas por suas relações políticas e pessoais desenvolvidas ao longo de sua trajetória, com estreitas ligações com a cúpula estatal, em âmbito estadual e nacional.

Considerando que estavam inseridos em um mesmo contexto de Gilberto Sá, Xavier (2016, p. 468) destaca a importância de intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, como lideranças intelectuais as quais

podemos enquadrar nesses grupos de afinidades ideológicas e culturais, uma vez que eles estavam “articulados em torno de determinados projetos político-pedagógicos” (Ibid., p. 466).

Compreendemos, portanto, que esses intelectuais tinham suas ações vinculadas às discussões políticas da época de maneira central. O mesmo ocorria com Gilberto Sá, todavia, quanto a ele, podemos atribuir que agia de acordo com as proposições do debate da época, não deixando de atuar como um ator com uma ação problematizadora e propositiva no que dizia respeito aos problemas inerentes à educação profissional fluminense, mas que, de certo modo, reverberaram no cenário nacional.

É possível considerar a ideia de que Gilberto Sá pertencia à rede de sociabilidade ligada aos intelectuais do movimento escolanovista, haja vista a relação que ele possuía com representantes da ABE, como Carlos Miguel Delgado de Carvalho, professor catedrático do Colégio Pedro II e um dos presidentes da ABE, no seu tempo, e que estava vinculada às ideias escolanovistas como vimos anteriormente.

Resguardadas as devidas distâncias, pode-se fazer uma analogia acerca das redes de sociabilidade em relação à participação de Chrockatt de Sá na comissão interministerial para elaborar o anteprojeto de regulamentação da educação profissional no Brasil, em 1939,¹ com o exemplo apresentado por Xavier (2016, p. 468). Ela aponta para a relação de Anísio Teixeira e o grupo com o qual ele se articulou no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), estabelecendo uma rede de apoio ao projeto político pedagógico, reunindo “alguns cientistas formados nas universidades paulistas, em particular na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo (ELSP e USP)” (*Idem, ibidem*).

Gilberto Sá consiste em um sujeito que teve seus primeiros passos na área da educação em um momento de efervescência do pensamento escolanovista, com o advento do Manifesto dos Pioneiros da Educação, uma vez que se formou em Direito no ano de 1932 e iniciou sua trajetória como docente em 1933.

¹ Comissão cujo trabalho resultou no Decreto nº 6.029, de 26 de Julho de 1940. Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 19/01/2025.

É justamente em sua trajetória como docente e, posteriormente, ingressando na direção da Escola do Trabalho que sua atuação enquanto “mediador cultural” se acentua com seu trabalho no sentido do que Xavier (2016, p. 471) considera como sendo a difusão de conhecimento e disseminação de normas de conduta e percepção de mundo, contribuindo para a propagação da educação como um meio de estabelecer um projeto de país que dialogava com um pensamento moderno, não deixando de lado o aspecto social da educação.

Classificar Gilberto Sá como um “mediador cultural” em uma conjuntura de mudanças nos rumos do país, em que, sobretudo, a educação e a concessão de direitos sociais destinados aos trabalhadores eram amplamente discutidas e utilizadas como meio de manutenção do *status quo* e controle social, aponta, também, para a análise em conjunto com as redes de sociabilidade e a geração com as quais dialogava Gilberto Sá.

Essa característica multifacetada encontra sustentação diante do fato de que as ações de Chrockatt de Sá, ao longo de sua trajetória intelectual, situavam-se para além do campo meramente intelectual, no sentido estrito de disseminar uma concepção de educação profissional. Neste sentido, ganha destaque sua atuação nas instituições e representatividade frente às associações de classe, patronais e dos trabalhadores, haja vista sua trajetória profissional estar vinculada, mesmo no campo da educação, a esses dois segmentos da sociedade, configurando uma habilidade para transitar em espaços muitas vezes cercados de interesses antagônicos.

A administração da escola do trabalho do Rio de Janeiro: Planejamento, ações e concepções de Gilberto Chrockatt de Sá sobre a educação profissional

Com uma trajetória que já se entrelaçava com a educação, uma vez que já atuava como professor de Língua Portuguesa, a relação de Gilberto Chrockatt de Sá com a Escola do Trabalho teve início em um momento importante não só para a trajetória da escola, como também para os rumos do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. O recente estabelecimento do Estado Novo e, em consequência disso, o início da administração do Interventor Ernani do Amaral Peixoto, o qual tem relação direta com a indicação de

Gilberto Chrockatt de Sá para a direção da Escola do Trabalho, constituíram-se em fatores determinantes na posição desse intelectual.

Consideramos um momento importante para a Escola do Trabalho, uma vez que, em setembro de 1937, tiveram início as discussões para a mudança de sede da escola, deixando de ter duas sedes, em bairros diferentes de Niterói, uma onde está localizado o Horto Botânico do Fonseca, na Alameda São Boaventura, e outra na Rua Mário Viana, no bairro de Santa Rosa.

Entre as primeiras ações da Comissão de Higiene e Instrução Pública² formada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a qual era composta por: Horácio de Carvalho Júnior, Nelson Kemp, Miranda Moura, Francisco Lima, Luiz Palmier, Jeronymo Dias e Moraes Sousa, podemos destacar o projeto apresentado por Miranda Moura, que previa a mudança de local das instalações da Escola do Trabalho.

Esse projeto de lei foi apresentado na 34ª Sessão ordinária, em 22 de setembro de 1937,³ sendo decretado no ano de 1938, com a publicação, no Diário Oficial, do Decreto nº 476,⁴ que autorizava a aquisição do terreno da Cia. Brasileira de Fósforos, na Rua Guimarães Junior, no bairro do Barreto, cujo teor indicava que naquele local já funcionava a Escola do Trabalho, além dos investimentos já realizados pelo estado do Rio de Janeiro no referido terreno.

Além disso, a Escola do Trabalho passava por dificuldades em relação à redução de suas receitas, o que vinha causando uma série de problemas na sua administração. A situação pela qual passava, não só a Escola do Trabalho, como também o estado do Rio de Janeiro, foi tema de debate pela Comissão de Constituição e Justiça no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial,⁵ a partir do requerimento do auditor do Tribunal de Contas, Dr. Izidro Pereira da Silva. O parecer, de maneira

² RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 403 de 03 de agosto de 1937a. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 2ª Sessão ordinária realizada em 02 de agosto de 1937 – Eleição dos membros para a Comissão de Higiene e Instrução Pública.

³ RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 446 de 23 de setembro de 1937b. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2100, 08 de julho de 1938c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

⁵ RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 470, 22 de outubro de 1937c. **Diário Oficial Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro**, p. 02-04: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

geral, tratava do que chamaram de evidente e impressionante situação deficitária do estado do Rio de Janeiro, conforme parecer a seguir:

Conforme se vê do quadro explicativo das verbas destinadas para a Escola do Trabalho nos exercícios de 1935, 1936 e 1937, que abaixo transcrevemos houve redução no corrente exercício de 369:040\$000, ou, aproximadamente 35% do total das verbas consignadas no orçamento para 1936, exclusivas as verbas “Pessoal Titulado” e “Pessoal Assalariado” [...]. É fácil avaliar as dificuldades resultantes de uma redução considerável das dotações orçamentárias, o que embaraçou sensivelmente o desenvolvimento dos trabalhos das seções de ensino e das seções industriais da escola. Há ainda que considerar o aumento notável das matrículas nos meses de maio e agosto, e que era de 631 no dia 29 de abril e hoje se leva a 1.084 alunos nos diversos cursos da escola, ou seja, um aumento de 453 alunos (Rio de Janeiro [Estado], 1937c, p. 02-04, grifos nossos).

Nesse cenário de mudanças e diversas dificuldades, Gilberto Sá assumiu a direção da Escola do Trabalho. Em suas primeiras ações, é possível observar que o tema em pauta era o planejamento que envolvia as decisões sobre os rumos dessa instituição, conforme reunião realizada pelo Conselho de Fomento de Produção, no dia em 8 de julho de 1938⁶, em Petrópolis, da qual participaram Gilberto Sá e Getúlio Moura, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, com a finalidade de definir medidas para a produção fluminense.

É possível observar nessa reunião dois aspectos que apresentamos como hipóteses plausíveis. A primeira delas consiste na reunião envolvendo membros da Secretária de Agricultura, Viação e Obras Públicas estar diretamente relacionada com a transferência da Escola do Trabalho para o Barreto. Observa-se que, no projeto de Miranda Moura, uma das justificativas consistia na necessidade de a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas instalar-se no Horto do Fonseca, além de ela estar envolvida na futura construção das novas instalações. A segunda diz respeito ao seu envolvimento com assuntos relacionados à produção fluminense, o que se tornou bem comum durante o período em que Sá esteve à frente da Escola do Trabalho.

⁶ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2100, 08 de julho de 1938c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que o segundo aspecto é corroborado a partir da comitiva que visitou Petrópolis⁷ com o intuito de estreitar a relação com Niterói, além de fomentar a ideia de expansão da indústria no estado do Rio de Janeiro. O fato de Gilberto Sá integrar essa comitiva evidencia, não só a importância da Escola do Trabalho para a produção fluminense, como, também, a boa relação política de que gozava seu diretor.

Outra evidência da articulação dos rumos da Escola do Trabalho em conformidade com as perspectivas dos industriais é demonstrada na visita de Renato Wood, representante da “Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, a fim de tratar, *in loco*, do inquérito que recentemente foi feito por Gilberto Chrockatt de Sá, diretor da Escola, visando articular os trabalhos do instituto profissional do Barreto com os Centros de Produção do Estado” (Rio de Janeiro, 1939b, p. 01). Havia uma relação de proximidade de Gilberto Sá com Renato Wood, uma vez que, além da indústria gerenciada por ele estar localizada no bairro de Neves, no município de São Gonçalo e limítrofe com o bairro do Barreto, posteriormente, no desenrolar dos trabalhos da comissão interministerial, Renato Wood – como industrial – colaborou com os trabalhos realizados.

A importância da ida da Escola do Trabalho para o Barreto representava um benefício para a cidade de São Gonçalo, contígua a Niterói, uma vez que o bairro de Neves, localizado nessa cidade, também consistia em um bairro industrial. Nas palavras de Eugênio Borges, prefeito de São Gonçalo, “a remodelação completa da Escola do Trabalho [...], já ampliada e em pleno funcionamento, proporciona o ensinamento necessário a que possam os jovens fluminenses ter um ensino técnico capaz de torná-los, mais tarde, úteis a si próprios e à coletividade” (Rio de Janeiro, 1939e, p. 01-06).

Essa preocupação de Gilberto Sá com os rumos dos centros de produção do estado do Rio de Janeiro e sua relação com a educação profissional já se fazia presente em 1938, antes mesmo de ser formada a comissão interministerial, quando, em entrevista ao jornal *Diário Carioca*, ele fez a seguinte análise sobre os novos regulamentos das escolas:

⁷ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 1984, 13 de fevereiro de 1938b. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01-03: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se da industrialização que vai dar um caráter mais significativo às atividades da Escola e, ainda, da proteção aos egressos. Cogita-se a criação de um escritório comercial encarregado de fazer a propaganda e exposição de objetos manufaturados. [...] os programas de ensino estão de todo fora das realidades. Os que se referem ao curso propedêutico devem ser modificados, dentro do princípio de que os alunos da Escola do Trabalho precisam de um mínimo de conhecimentos necessários à valorização social de sua profissão (Diário Carioca, 1938, p. 07).

Essa entrevista recebeu o título: “Novas Perspectivas para o Ensino Profissional Fluminense: As deficiências da educação profissional explicam a nossa mania pelo bacharelismo”⁸. Nela, Gilberto destacava o número reduzido de alunos diplomados, o que para ele decorria da falta de regulamentação dos exercícios das funções industriais e agrícolas. O título da matéria citada anteriormente remete ao que Manfredi (2016, p. 71) atribui à política educacional do Estado Novo, que legitimou a ruptura entre trabalho intelectual e trabalho manual, com o ensino secundário destinado às elites condutoras e a educação profissional destinada às classes menos favorecidas.

Ele ressaltava um problema com o qual teria de lidar em sua administração e que consistia no aumento do número de alunos diplomados e, sobretudo, para que esses alunos, após diplomados, exercessem a função para a qual se formaram, uma vez que, segundo Gilberto Sá, “[...] talvez 90% tenha renunciado ao exercício das funções técnicas em que se diplomaram ou por falta de confiança em seus próprios conhecimentos ou de assistência social profissional” (Diário Carioca, 1938, p. 07).

Segundo Gilberto Sá, o fato de a escola estar situada em bairros diferentes, dificultava o controle dos seus serviços. Além disso, ele alertava para a necessidade de se desenvolver um novo regulamento para a Escola do Trabalho, uma vez que o utilizado havia sido elaborado em 1931: “praticamente estão caducos em face das modificações sofridas e, ainda da inexequibilidade da orientação técnica nele contida. Urge, pois, que sejam reformados” (*Idem, ibidem*).

Por intermédio da Portaria nº 21, cuja publicação saiu no Diário Oficial,⁹ em maio de 1939, Gilberto Sá implantou o novo regulamento da Escola do

⁸ Jornal Diário Carioca, Edição nº 3.021, de 17 de abril de 1938, p. 01-07.

⁹ **RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2365, 27 de maio de 1939c. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 10: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Trabalho para execução de serviços para particulares e funcionários da escola, cujo conteúdo determinava:

1º Os interessados deverão fazer o seu pedido por escrito ao diretor da Escola do Trabalho, com os detalhes necessários, a fim de que possam ser elaborados, com segurança, os respectivos orçamentos, para as obras que desejarem;

2º Quando se tratar de particulares, uma vez feito o orçamento e dado ciência deste à parte, caso convenha, a mesma deverá pagar uma importância correspondente à metade do preço total ajustado (artigo nº 120 do Regulamento da Escola), e a outra parte por ocasião da entrega da encomenda feita;

3º Tratando-se de funcionários ou empregados da Escola ou do Estado (retificação realizada), o diretor poderá autorizar a venda a prazo, mediante desconto em folha, até 10 (dez) prestações, no máximo. Neste caso, os empregados ou funcionários deverão fazer requerimento detalhado, solicitando a encomenda, expondo as condições de pagamento, nunca ultrapassável ao número de prestações acima mencionado e autorizando o desconto em folha em favor desta Escola;

4º Quando, embora se tratar de funcionários ou empregados, mas que não solicitem desconto em folha, observar-se-á o critério constante no item 2º;

5º Nenhuma encomenda poderá ser entregue sem que preencha as exigências constantes desta Portaria, isto é, em que esteja devidamente paga em se tratando de particulares ou autorizado o respectivo desconto em folha quando se tratar de funcionários (Rio de Janeiro, 1939e, p. 10).

Consideramos Gilberto Sá um mediador cultural, tendo em vista que, com base na análise de Xavier (2016, p. 471) sobre J. R. Moreira, a mudança nos métodos de ensino e de gestão das escolas de acordo com os preceitos escolanovistas são indícios importantes nessa caracterização. Verificamos em Gilberto Sá a preocupação com a propagação de novos modelos e metodologias pedagógicas, além de difundir um segmento de ensino que tinha sua relevância dentro de um contexto em que a difusão de métodos modernos e de expansão da indústria estava em evidência.

Ao mesmo tempo, é possível identificar indícios que demonstram características das redes de sociabilidade e geração, destacadas por Xavier (Ibid., p. 474), e que consistem nas discontinuidades e rupturas. Essa perspectiva fica evidente, sobretudo, quando ele faz uma crítica ao Regulamento em vigor, caracterizando-o como “caduco”, ou seja, apesar das influências escolanovistas presentes nesse regulamento e no discurso de

Gilberto Sá, percebia-se nele a intenção de modificações nas diretrizes da escola, sobretudo pelas referências da educação profissional em São Paulo.

Nesses seus primeiros momentos à frente da Escola do Trabalho, foram realizadas diversas reuniões nas sedes do Fonseca e em Santa Rosa, nas quais participaram os professores dos cursos pré-profissional e profissional, além dos mestres e contramestres, cuja intenção era a de estabelecer medidas de interesse da escola.¹⁰ Gilberto Sá se dividia entre as atividades relacionadas ao aspecto pedagógico e administrativo, no sentido de conduzir esse processo de transferência da Escola do Trabalho para o Barreto, uma vez que, em janeiro de 1938, as obras já estavam em andamento, conforme destacado no Diário Oficial:

Visita do Interventor do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado de **Horácio de Carvalho Jr. e Frederico de Azevedo, visitaram no dia 20 de janeiro o prédio da Guimarães Júnior**, onde abrigará futuramente a Escola do Trabalho (Rio de Janeiro, 1938b, p. 01, grifo nosso).

A informação de que na Rua Guimarães Júnior já havia um prédio construído reforça a hipótese de que a escola transferiu-se para o Barreto antes mesmo da construção do novo prédio, inaugurado em junho de 1939. Apesar desse desdobramento, no que diz respeito às diversas frentes que demandava a administração da Escola do Trabalho, nesse período, também foram tomadas decisões com essa instituição tendo papel de centralidade e que teria influência na educação em âmbito estadual.

Merece destaque a reunião realizada no Palácio do Ingá, então sede do governo estadual, em março de 1938, com a participação do Interventor Ernani do Amaral Peixoto, na qual uma comissão decidiu que a produção de todo o material didático oferecido pelas escolas estaduais passaria a ser fabricado nas oficinas da Escola do Trabalho. Cabe ressaltar que a Escola do Trabalho também foi responsável pela fabricação do mobiliário do Hospital dos Operários do Barreto (Orêncio de Freitas), conforme publicação em Diário Oficial, no dia 30 de julho de 1940.¹¹

¹⁰ Portaria nº 59 de 13 de janeiro de 1938. Ibid., p. 06.

¹¹ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2720, 30 de julho de 1940d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Antes, em setembro de 1938,¹² Gilberto Sá promoveu algumas modificações na estrutura de produção da escola, na Seção Madeira-Indústria e nas subseções de máquinas, de marcenaria e de lustro. Além da produção de material didático e mobiliário para as instituições de ensino do estado, a Escola do Trabalho tinha o cotidiano de uma fábrica. Ressaltando que essa não foi uma novidade na administração de Gilberto Sá, mas houve a preocupação, de sua parte, em reorganizar o recebimento e entrega de serviços, conforme publicação no Diário Oficial, em novembro de 1938,¹³ com a Portaria nº 73, a qual fez um aditamento à Portaria nº 71, de 29 de agosto do mesmo ano:

1º As encomendas serão executadas ordem cronológica, salvo por determinação expressa da Diretoria que autorizará a execução de trabalho urgente e inadiável;

2º Os mestres terão prazo de 5 dias, no máximo, para fornecer os orçamentos os quais, se limitarão apenas à parte relativa à mão de obra e à matéria prima ficando o preço, à cargo da Diretoria;

3º Os orçamentos deverão ser feitos no impresso adequado, acompanhados sempre das ordens de serviço, com todos os detalhes;

4º As ordens de serviço mensais, com os respectivos orçamentos, deverão ser devolvidos à Diretoria, até o dia 10 do mês subsequente, impreterivelmente;

5º O sr. encarregado geral terá um registro das ordens de serviço que serão distribuídas às diversas seções para orçamento ou execução, de modo que possa controlar diariamente se os mestres vêm observando fielmente o que consta na alínea 2º e em caso de inobservância, sem causa justificada, representar à Diretoria, imediatamente, por intermédio dos “Boletins de Ocorrências” para que sejam tomadas prontas providências;

6º O sr. encarregado geral providenciará junto à Diretoria ou às partes quaisquer esclarecimentos que porventura necessitem os mestres para a elaboração de orçamentos ou execução de trabalhos, ficando expressamente proibido aos mestres entendimentos com as partes sem que estejam autorizados, por escrito, pela Diretoria. O sr. encarregado geral poderá fazer autorizações sempre que a premência de tempo assim aconselhe e a urgência da obra assim exija dando posteriormente comunicado por escrito à Diretoria;

7º Quaisquer reclamações ou falta de material deverão ser comunicadas, em tempo, em memorandum, ao sr. encarregado geral que cientificará esta Diretoria, por intermédio do “Boletim de Ocorrências” ou providenciará junto ao sr. almoxarife para saná-las;

8º Caberá ao encarregado geral fiscalizar o fiel cumprimento das presentes instruções, as quais entrarão em vigor na data da sua publicação (Rio de Janeiro, 1938e, p. 05).

¹² RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2154, 13 de setembro de 1938d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 04: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

¹³ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2199, 06 de novembro de 1938e. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 05: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Essa era uma característica das escolas profissionais, o que é corroborado por Cunha (2005, p. 164), quando ele demonstra algumas características das escolas profissionais no Distrito Federal, a partir da reforma de Fernando de Azevedo, em 1928. Cunha (*Idem, ibidem*) diz que cada escola tinha uma seção industrial que preparava materiais para o público em geral e para os governos municipal e federal, mediante encomenda e contrato.

Também estava previsto, no Regulamento da Escola do Trabalho, o pagamento aos alunos encarregados de executar algum serviço nas oficinas da escola. Os artigos 124 e 125 do regulamento tratam especificamente desse tema, “aos alunos encarregados da execução de trabalhos de encomenda ou destinados à venda, poderá ser abonada uma remuneração sob forma de salário ou pelo regime de empreitada, a critério do diretor da escola” (Regulamento da Escola Do Trabalho, 1931).

A organização feita por Gilberto Sá, estabelecendo um critério baseado na cronologia dos pedidos para que fossem executados, vai ao encontro do que afirma Luiz Antônio Cunha, quando ele destaca que cada “seção deveria ‘produzir como indústrias’, de modo que os ‘alunos operários’ do terceiro e do quarto ano dos cursos profissionais recebessem um salário como retribuição ao trabalho de até seis horas diárias nas oficinas” (*Idem*).

Em 1940, como uma ação complementar à mudança da Escola do Trabalho para suas novas instalações, foram inaugurados os fornos de fundição de ferro e bronze, com capacidade de fundir 500 quilos por hora. Durante o discurso de Gilberto Sá, ele sugeriu que a seção recebesse o nome de Júlio Dutra, “modesto trabalhador da escola que lhe deve uma soma considerável de trabalhos, na execução dos quais, encontrou, afinal, a morte, em virtude de uma enfermidade adquirida no decurso dos mesmos” (O Fluminense, 1940, p. 1).¹⁴

É possível observar, na fala de Gilberto Sá, que a escola sofria com problemas relacionados às condições de trabalho, dada a precariedade da estrutura presente em suas oficinas, principalmente em relação à segurança, cujas mazelas perpassavam por alunos, mestres, contramestres e demais trabalhadores da escola.

¹⁴ Jornal O Fluminense, Edição nº 17.067, de 04 de agosto de 1940, p. 01.

Apesar disso, havia, por parte dele, preocupação para que as atividades produtivas da Escola do Trabalho não sobrepujassem o caráter pedagógico, pois, de acordo com Gilberto Sá, “[...] transferir a produção em larga escala feita pela seção industrial da Escola. Isto seria desvirtuar a finalidade do ensino profissional” (Diário Carioca, 1938, p. 12). Para ele, “a industrialização visa apenas permitir aos alunos uma participação nos lucros dos objetos vendáveis que fizerem dentro do plano de ensino” (*Idem*).

Segundo Weinstein (2000, p. 71), até meados de 1930, houve uma mudança importante na atitude dos industriais em relação à racionalização. Alguns industriais, dentre os quais podemos destacar Roberto Simonsen, defendiam que caberia ao Estado disseminar relações harmoniosas entre capital e trabalho, “chegando a considerar o Estado como um mecanismo potencialmente útil para disciplinar os membros de sua própria classe” (*Idem, ibidem*).

É possível identificar no discurso de Gilberto Sá convergência com a análise de Bárbara Weinstein em relação à racionalização e o aspecto social do trabalho, tanto no teor de sua entrevista concedida em abril de 1938 ao “Diário Carioca”, quando falava de “valorização social da profissão”, assim como em entrevista posterior ao mesmo periódico, quando afirmava que vinha se esforçando “na medida de minhas forças para imprimir ao instituto que dirijo uma orientação racional e eficiente”¹⁵ (Diário Carioca, 1938, p. 12).

Para Weinstein (2000, p. 94), no início dos anos 1930, temas como a racionalização e regulamentação das relações de trabalho, passam a integrar as perspectivas dos defensores da racionalização, apesar de em um primeiro momento não se comunicarem. Contudo, posteriormente eles começam a dialogar com o advento das leis trabalhistas e a regulamentação do movimento operário por parte do Estado.

Na mesma edição do *Diário Carioca*,¹⁶ Gilberto Sá fez referência ao estado de São Paulo como um exemplo a ser seguido pelo estado do Rio de Janeiro. Ele frisou a importância da cooperação dos centros de produção municipais e particulares com o poder público, no sentido de promover a difusão da educação profissional em todos os seus aspectos.

¹⁵ Jornal Diário Carioca, Edição nº 3.206, de 20 de novembro de 1938, p. 12.

¹⁶ *Idem*.

Gilberto Sá também destacava a importância do estabelecimento de parcerias, com a justificativa dos altos custos com manutenção e aquisição de equipamentos para a educação profissional. Além disso, é importante registrar algumas das ações planejadas por ele, a fim de promover melhorias na administração da Escola do Trabalho:

Dos melhoramentos, no presente, ano, introduzidos na Escola do Trabalho [...], podemos distinguir: **racionalização na seção industrial dos processos de produção; o novo sentido prático comunicado aos programas do curso propedêutico, excessivamente culturais; inauguração dos serviços médico e odontológicos; fichário médico-antropométrico dos alunos; ficha de aferição do aproveitamento dos alunos nos trabalhos de oficina; soerguimento da Caixa Escolar; assistência a egressos da escola.** No ano próximo, além do **ensino vocacional agrícola e de outras medidas de ordem técnica, esperamos poder inaugurar um gabinete de orientação profissional nos moldes do que existe no Instituto Profissional Masculino de São Paulo.** Este gabinete com a atuação complementar do gabinete médico aumentará extraordinariamente a eficiência e a segurança da Escola do Trabalho (Diário Carioca, 1938, p. 12, grifo nosso).

Em maio de 1939, conforme publicação no Diário Oficial,¹⁷ Gilberto Sá instituiu, na Escola do Trabalho, o que havia planejado e declarado na entrevista mencionada anteriormente e que consistiu no gabinete de orientação profissional, corroborando sua preocupação com a trajetória dos alunos egressos para além dos muros da escola:

Será instalado, hoje, na Escola do Trabalho, por determinação do diretor, dr. Gilberto Chrockatt de Sá, o serviço de orientação profissional e atividade extra-classe, o qual ficará sob a direção das professoras Eurídice Mastrangelo, Maura Pureza de Medeiros e Marieta Dias Machado (Rio de Janeiro, 1939c, p. 01).

Havia, por parte de Gilberto Sá, a preocupação com a educação profissional para além do âmbito da Escola do Trabalho. Além disso, também pensava essa modalidade de ensino a partir de uma influência escolanovista, uma vez que, de acordo com Batista et al (2016, p. 03), os pioneiros da educação entendiam que ele deveria ser organizado para a formação pensando nas atividades profissionais que contemplassem escolas agrícolas,

¹⁷ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2365, 27 de maio de 1939c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

de mineração e de pesca, escolas industriais e profissionais, além de instituições vinculadas ao transporte comunicação e comércio, evidenciado no regulamento da escola e que será possível identificar quando tratarmos especificamente do currículo dessa instituição.

Tal perspectiva também estava presente na fala de Gilberto Sá:

O ensino agrônômico, por exemplo, impõe-se necessariamente a um estado, como o nosso, marcadamente agrícola. Toda a vasta zona rural de cultura fluminense reclama condutores aptos, suficientemente preparados dentro da técnica moderna. Não basta a experiência decantada dos condutores improvisados. A máquina foi conduzida aos campos, racionalizaram-se de um modo geral os processos do trato da lavoura e tudo isso exige preparação especializada (Diário Carioca, 1938, p. 12).

Havia, por parte dele, a intenção de implantar nas novas instalações da Escola do Trabalho, a qual estava em obras, “um curso de vocação destinado à condução das atividades do campo daqueles que para elas revelarem acentuada inclinação” (*Idem*). Cabe ressaltar que Gilberto Sá, por meio da Portaria nº 53, de 03 de abril de 1940, autorizado pelo ofício nº 220 de 20 de março de 1940,¹⁸ criou o curso de alfaiate, com duração de 04 (quatro) anos, sendo os responsáveis pela condução do referido curso os senhores Antônio Dias da Costa - alfaiate da seção alfaiataria-indústria – com o auxílio de Manuel Pinto Bandeira. Também no ano de 1940, houve uma solenidade na Escola do Trabalho, com a participação de Rui Buarque e Rubens Falcão, Secretário de Saúde e Educação e Chefe de Gabinete do Secretário, respectivamente. Nesse evento, foram inauguradas a “Biblioteca Circulante”, que levou o nome de Rui Buarque, além da palestra de Gilberto Sá falando sobre

[...] o Plano Educacional da Escola em 1940, delineando os principais pontos do magno assunto, dando a seguir a palavra ao professor Rafael Martins, que detalhou o importante trabalho pedagógico que se caracteriza pelo sentido de dar aos alunos, a par da instrução, a educação escolar (Rio de Janeiro, 1940a, p. 01).

¹⁸ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2622, 05 de abril de 1940a. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 08: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Posteriormente, com a publicação da Portaria nº 53,¹⁹ em 20 de abril de 1940, em virtude do Plano Educacional da Escola do Trabalho, foram tomadas uma série de medidas, tais como a criação dos serviços de pesquisas educacionais; serviço de orientação profissional e atividades extra-classe. É possível observar, nas influências do escolanovismo presentes na fala e nas ações de Gilberto Sá, a noção de rede de sociabilidade anteriormente mencionada como uma característica presente e que, segundo Xavier (2016, p. 465), contemplou os educadores escolanovistas. Libânia Xavier (*Idem*) qualifica o movimento da “Escola Nova” como um grupo que se organizava no sentido de criar e legitimar instituições educacionais. Na análise de Xavier (*Idem*), essa rede de sociabilidade intelectual tinha como característica o empenho de suas lideranças em articular as duas pontas do sistema de ensino, a formação primária e a expansão do ensino superior.

Portanto, pensavam em uma formação geral acessível à maioria da população, que incluía a formação de quadros profissionais localizados nas elites e que tivessem valores democráticos, além de terem “conhecimento técnico adequado ao projeto de país que tais lideranças defendiam” (Ibid., p. 468), como a atuação de Gilberto Sá, conforme publicação no Diário Oficial:

O diretor da Escola do Trabalho, dr. Gilberto Chrockatt de Sá, fará 4ª feira, às 18:30, no Programa “A voz do estado do Rio de Janeiro”, do Departamento de Imprensa e Propaganda e Turismo, na Rádio Sociedade Fluminense, mais uma palestra da série que vem realizando sobre “A operação na difusão no Ensino Profissional” (Rio de Janeiro, 1939b, p. 01).

Podemos colocar Gilberto Sá dentro dessa elite formada por intelectuais alinhados com um Estado autoritário e que possuía conhecimento técnico voltado para a modernização da indústria, adequando-se ao projeto de país que se desenhava. Xavier (2016, p. 474) considerou necessária a mistura das contribuições e a maneira de atuação coletiva dos intelectuais brasileiros no tempo e em suas relações com a política, havendo continuidade e descontinuidade dessas ações, bem como as diversas nuances identificadas ao longo do tempo.

¹⁹ Para maiores detalhes sobre a Portaria nº 53, consultar o Anexo VII. RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2635, 20 de abril de 1940c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 05: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Na entrevista concedida ao “Diário Carioca” é possível observar que Gilberto Sá tinha duas preocupações centrais, a primeira consistia na mudança da sede, que, para Gilberto Sá, “entre outros problemas que me depararam exigindo urgente solução, o da mudança de sede foi para logo estudado, em virtude não só da precariedade de suas instalações, como também da dualidade de sedes distantes uma da outra” (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 1938, p. 12). Esse problema foi solucionado com a inauguração das novas instalações, em 25 de junho de 1939,²⁰ com uma série de solenidades programadas contando com a presença de Valdemar Falcão, Ministro do Trabalho, além do Interventor Ernani do Amaral Peixoto. Essa mudança significou a melhoria nas condições de ensino e aprendizagem da Escola do Trabalho, tanto no que dizia respeito à infraestrutura quanto no aspecto pedagógico, pois a divisão em duas sedes era vista como um problema para o desenvolvimento de suas atividades. A segunda dizia respeito ao papel central do Estado durante o Estado Novo que, segundo Manfredi (2016, p. 71), era o de atuar como um agente de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a educação profissional desempenhava papel importante e por esse motivo Gilberto Sá via a cidade de São Paulo como um modelo a ser seguido, o que fica evidente na sua visita aos institutos de educação profissional de São Paulo que, para ele, eram um exemplo a ser seguido.²¹

A administração de Gilberto Sá ficou marcada também por um aspecto *dual*, uma vez que ele teve de desempenhar não apenas o papel de diretor da Escola do Trabalho, mas também atuou em outras frentes como nas comissões para regulamentar a educação profissional, tanto no âmbito estadual quanto nacional. Consideramos que essa característica de sua atuação possibilitou que ele utilizasse a Escola do Trabalho como um laboratório, não só absorvendo experiências adquiridas em outros estados, sobretudo São Paulo, como também experiências da própria Escola do Trabalho, as quais reverberaram no resultado final dos trabalhos da Comissão Interministerial.

²⁰ RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2388, 23 de junho de 1939d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

²¹ Jornal Diário Carioca, Edição nº 3.206, de 20 de novembro de 1938, p. 12.

Em edição do Diário Oficial de agosto de 1939,²² é possível identificar tanto o caráter *dual* de sua administração, como a possibilidade de intercâmbio de experiências que essa atividade possibilitou, uma vez que foram constantes suas visitas ao estado de São Paulo com o intuito de realizar estudos para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Interministerial.

No âmbito estadual, Gilberto Sá também esteve envolvido com o trabalho de elaborar um anteprojeto para regulamentar a educação profissional no estado do Rio de Janeiro, conforme a seguinte publicação, em 05 de setembro de 1939:

O senhor Secretário de Educação, Dr. Rui Buarque, designou os drs. José Cândido da Costa Sena, Gilberto Chrockatt de Sá, Tomaz Figueiredo Mendes, monsenhor Conrado Jacarandá e professora Maria Pereira das Neves, para, sob a presidência do primeiro, procederem aos estudos necessários à elaboração do ante projeto de organização do ensino profissional no Estado, adaptando às exigências do meio social e industrial e as possibilidades do erário (Rio de Janeiro, 1939f, p. 08-09).

As atuações de Gilberto Sá nas duas comissões remetem a uma característica do Estado Novo, a qual Weffort (1980, p. 51) chama de “Estado de Compromisso”. Isso fica evidente, sobretudo no conteúdo da publicação do Diário Oficial, enfatizando que a comissão teria a finalidade de adaptar a educação profissional “às exigências do meio social e industrial e as possibilidades do erário”.

Diante desse cenário, a habilidade de Gilberto Sá articulando junto aos diversos segmentos da sociedade, bem como sua participação em projetos de difusão e planejamento dos rumos da educação profissional em âmbito estadual e nacional, como no caso da Comissão Interministerial, foi motivo de agradecimento formal por parte do Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão:

Ernani do Amaral Peixoto, Interventor Federal, recebe de Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, elogios e agradecimentos à Gilberto Chrockatt de Sá, pelos serviços prestados na Comissão Interministerial, cujo anteprojeto culminou no Decreto nº 6029 de 26 de julho de 1940 (Rio de Janeiro, 1940e, p. 01).

²² RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2426, 08 de agosto de 1939f. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Essa foi uma das últimas publicações com Gilberto Sá como diretor da Escola do Trabalho, uma vez que, em janeiro de 1941, ele foi exonerado do cargo para assumir outras funções no Ministério do Trabalho, sendo nomeado Procurador da Justiça do Trabalho,²³ fruto do trabalho desempenhado à frente da Escola do Trabalho e da Comissão Interministerial e, também, em função das redes de sociabilidade às quais pertencia.

Considerações finais

Gilberto Sá enquadra-se em um grupo de intelectuais do século XX que pensava um projeto de Nação. Suas várias facetas contribuíram para o avanço das políticas do Estado Novo voltadas para a consolidação de um Estado de “paz social”, isto é, um Estado corporativo cujos interesses das elites econômicas, em particular a elite paulista se sobrepusesse aos interesses da classe trabalhadora, mas não deixando de fazer pequenas concessões.

À frente da Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, integrando comissões interministeriais que definiam os rumos da educação profissional do Brasil, Gilberto Sá atuava como um “homem duplo”, sendo esta mais uma faceta deste intelectual. Suas redes de sociabilidade foram fundamentais para que ele se consolidasse como um importante intelectual que ocupava cargos estratégicos ao longo do período varguista, em particular, no Estado Novo. A atuação de Gilberto Sá, tanto nas articulações políticas, quanto no chão da escola, contribuiu, também, para que ele absorvesse experiências vivenciadas, sobretudo na cidade de São Paulo, e as aplicasse na Escola do Trabalho, assim como as ações aplicadas na Escola do Trabalho reverberaram em seus posicionamentos no âmbito político, em particular na Comissão Interministerial que teve como finalidade elaborar um anteprojeto de lei para regulamentar a educação profissional no Brasil.

²³ Jornal Gazeta de Notícias, Edição nº 304, de 29 de dezembro de 1940, p. 11.

Referências

Bibliografia

BATISTA, E. L. *et al.* Notas sobre a educação profissional no Brasil: 1930 – 1940. **Revista Educere et Educare**, v. 11, n. 23, 2016. Dossiê: Estado, Sociedade e Educação Profissional no Brasil: desafios e perspectivas. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/16334/11119> Acesso em: 08/02/2025.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. 243p.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: [s.n], 1962. 256 p.

GOMES, Â. de C. *et al.* Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Â. de C., HANSEN, P. S. (orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 07-37.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 476p.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Estudos brasileiros, vol. 25. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 181p.

WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN: Universidade São Francisco, 2000. 460p.

XAVIER, L. N. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. *In*: GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. (orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-485.

Legislação

REGULAMENTO DA ESCOLA DO TRABALHO (Rio de Janeiro). Decreto nº 2.570, de 17 de abril de 1931. Fica aprovado o Regulamento da Escola do Trabalho. *In*: **Jornal do Comércio**, Edição nº 92, de 19 de abril de 1931. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_12/9468 Acesso em: 20/01/2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.238, de 02 de maio de 1939**. Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/12/2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940.** Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/12/2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.299, de 13 de janeiro de 1943.** Dispõe sobre a equiparação da Escola Industrial Henrique Lage. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11299-13-janeiro-1943-479787-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/01/2025.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Jornal Diário Carioca, Edição nº 3.021, de 17 de abril de 1938, p. 01-7. Cód.: TRB00254.0072. Rótulo: 093092_02. Nome: Diario Carioca (RJ) – 1930 a 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/34346 Acesso em: 15/01/2025.

Jornal Diário Carioca, Edição nº 3.206, de 20 de novembro de 1938, p. 12. Cód.: TRB00254.0072. Rótulo: 093092_02. Nome: Diário Carioca (RJ) – 1930 a 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_02/36806 Acesso em: 19/01/2025.

Jornal O Fluminense, Edição nº 17.067, de 04 de agosto de 1940, p. 01. Cód.: TRB02435.0172. Rótulo: 100439_08. Nome: O Fluminense (RJ) – 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/100439_08/733 Acesso em: 20/01/2025.

Jornal Gazeta de Notícias, Edição nº 304, de 29 de dezembro de 1940, p. 11. Cód.: TRB00194.0072. Rótulo: 103730_07. Nome: Gazeta de Notícias (RJ) – 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_07/4257 Acesso em: 24/01/2025.

Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 42, de 18 de agosto de 1931. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 403 de 03 de agosto de 1937a. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01-09: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 446 de 23 de setembro de 1937b. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 470, 22 de outubro de 1937c. **Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro**, p. 02-04: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 1958, 14 de janeiro de 1938a. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 06: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 1984, 13 de fevereiro de 1938b. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01-03: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2100, 08 de julho de 1938c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2154, 13 de setembro de 1938d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 04: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2199, 06 de novembro de 1938e. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 05: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2285, 17 de fevereiro de 1939a. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2338, 25 de abril de 1939b. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2365, 27 de maio de 1939c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01-10: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2388, 23 de junho de 1939d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2408, 18 de julho de 1939e. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01-10: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2426, 08 de agosto de 1939f. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2508, 15 de novembro de 1939g. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2622, 05 de abril de 1940a. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 08: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2628, 12 de abril de 1940b. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2635, 20 de abril de 1940c. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 05: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2720, 30 de julho de 1940d. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 02: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Aviso nº 2782, 11 de outubro de 1940e. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, p. 01: Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.